



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

24/06/2017

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1
2. JORNAL CORREIO POPULAR	
2.1. DECISÕES.....	2 - 3
2.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	4 - 5
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	6
3.2. DECISÕES.....	7
3.3. JUÍZES.....	8
3.4. VARA CRIMINAL.....	9 - 12
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	13 - 16
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. CONVÊNIOS.....	17 - 18
5.2. JUÍZES.....	19
5.3. VARA CRIMINAL.....	20 - 21
5.4. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	22
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	23
6.2. PLANTÃO NO TJMA.....	24
6.3. VARA CRIMINAL.....	25
6.4. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	26 - 27

>> >> Latrocida preso em Caxias

Já na cidade de Caxias, um trabalho desenvolvido pela Polícia Civil do Maranhão prendeu Felipe Souza Chaves, de 27 anos, suspeito de cometer crimes de latrocínio e corrupção de menores, em Brasília. A prisão foi em cumprimento a um mandado de prisão expedido pela Vara Criminal e Tribunal do Júri de Recanto das Emas. Segundo o delegado Jair Paiva, após cometer os crimes, Felipe se mudou para Caxias para morar com sua família. Ele responde por crimes que foram cometidos em 2009 na capital federal.



**FELIPE CHAVES TERIA COMETIDO
CRIMES EM BRASÍLIA-DF**

TJMA instala 2º Vara Criminal na cidade de Açailândia

RAILSON ANDRADE

Foi instalada na cidade de Açailândia, a 2ª Vara Criminal pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) na segunda-feira (19). O ato solene de instalação ocorreu no Fórum José Ribamar Fiquene e foi presidido pelo desembargador decano da Corte, Antonio Fernando Bayma Araújo, que representou o presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, e a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz.

O desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo destacou a importância da criação de mais uma vara para auxiliar nas demandas da Comarca. "Agora poderemos dar mais atenção aos nossos jurisdicionados, demonstrando que temos interesse em fazer a Justiça crescer", frisou.

André Bogéa, juiz e diretor do Fórum de Açailândia, ressaltou o esforço de magistrados e funcionários para atender à comunidade. "Sou testemunha do incessante esforço que é feito, superando

obstáculos, para prestar um serviço eficiente", enfatizou agradecendo a presença de autoridades e servidores.

Posse - Durante a solenidade, o juiz Frederico Feitosa de Oliveira tomou posse como titular da 2ª Vara Criminal de Açailândia. O desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo desejou sucesso ao magistrado na nova jornada profissional. A leitura do termo de posse foi feita pelo diretor-geral em exercício do TJMA, Mário Lobão.

"É um novo desafio. Estou entusiasmado e venho para colaborar com os demais colegas, pois sou um juiz, como tantos outros, absolutamente comprometido com a celeridade e a eficiência da prestação jurisdicional, com o gabinete literalmente sempre de portas abertas para receber a população e os advogados", afirmou o magistrado, que na magistratura há cerca de oito anos, já atuou nas comarcas de Riachão, Cantanhede, Arari e Estreito.

Atuação - Na Comarca de Açailândia - de entrância intermediária, com 110.543

habitantes - funcionam atualmente duas varas cíveis, duas varas de família e uma vara criminal, além do Juizado Especial Cível e Criminal. A Comarca faz parte do polo de Imperatriz e tem como termos judiciários os municípios de Cidelândia e São Francisco do Brejão.

Cerca de dois mil processos criminais em tramitação na 1ª Vara Criminal serão redistribuídos à nova unidade judicial, que entre outras atribuições, ficará responsável pelos processos de violência doméstica e familiar contra a mulher, julgando também processos relacionados aos crimes de competência do juiz singular; presidência do Tribunal do Júri; Entorpecentes; Execução Penal e Habeas Corpus.

A unidade judicial - que funcionará no Fórum local, situado na Avenida Edilson C. Ribeiro, nº 01, Residencial Tropical - foi criada pela Lei Complementar nº 87/2015. Sua instalação foi aprovada durante sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão no dia 19 de abril deste ano.



Sinrural e órgãos fiscalizadores definem novas regras para a Cavalgada

Neste ano não serão permitidas barracas e tendas durante parte do trajeto na avenida Getúlio Vargas



Uma das principais mudanças propostas para esse ano é a proibição de tendas e barracas.

Durante as últimas semanas várias reuniões foram realizadas no Sindicato Rural de Imperatriz para desenhar o formato da cavalgada, evento que abre a 49ª Exposição Agropecuária de Imperatriz, que acontecerá no dia 08 de julho.

Levando em consideração as proporções do evento, uma força tarefa - envolvendo diversos órgãos e instituições - foi formada para definir estratégias que possam melhorar a dinâmica do evento. Participaram das reuni-

ões: a Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, Polícia Rodoviária Federal, Vara da Infância, Conselho Tutelar, Exército, Secretaria de Trânsito, Secretaria de Planejamento Urbano, Sindicato Rural, Corpo de Bombeiros e a Polícia Montada.

Para Renato Pereira, presidente do Sinrural, ainda existem pontos a melhorar na cavalgada, mas que já houve uma grande evolução. "O intuito sempre é fazer uma cavalgada mais segura, que tenha um trânsito mais fluido,

sem interditar as vias da cidade e da BR por muito tempo. Nós não medimos esforços para, junto de todos esses órgãos aqui reunidos, fazermos com que, a cada ano, a cavalgada evolua e tenha mais segurança e fluidez".

Os pontos debatidos giraram em torno de agilizar a passagem da cavalgada pela BR-010, diminuir as aglomerações e paradas no trecho final da Getúlio Vargas, combater a ingestão de bebidas alcoólicas por menores e os maus tratos aos animais.

Uma das principais mudanças propostas para esse ano é a proibição de tendas e barracas no trecho da Avenida Getúlio Vargas, a partir da Praça Brasil. Naquele ponto do trajeto, comitativas, com diversas carroças, costumam parar em frente a essas estruturas, onde há comercialização/distribuição de alimentos e bebidas, bloqueando a passagem do restante dos participantes e atrasando a chegada até o parque de exposições.

Trajeto - Seguindo o modelo do ano anterior, os cavaleiros e amazonas devem se concentrar na Praça da Cultura, e de lá seguirem o trajeto passando pela rua Coronel Manoel Bandeira, Luís Domingues, Amazonas, Avenida Getúlio Vargas e BR-010. No trecho próximo a marginal do DNER será colocado disciplinadores, passando sobre a ponte do Cacau, e indo até o início do trevo, totalizando 800m de barreira física. As carroças não poderão seguir a partir dessa rota e deverão fazer o retorno na altura da rotatória do aeroporto.

Histórico da cavalgada - Ao longo dos anos diversas mudanças foram propostas, para garantir um evento mais seguro e ágil: limite de pessoas por carroças, proibição de veículos, as garrafas

de vidro foram substituídas por latas ou vasilhames plásticos, e foram proibidos sons mecânicos nas carroças, para reduzir a poluição sonora e assegurar a integridade física dos animais.

Para garantir que todas as ações dos órgãos envolvidos na cavalgada estejam de acordo com a lei e não desrespeitem os direitos coletivos e individuais, representantes do Ministério Público participaram de todos os encontros. "Aqui estabelecemos padrões de trabalho, rotinas, expedientes, para evitar crimes, danos às pessoas, ao patrimônio e também dos animais, além das crianças e dos adolescentes envolvidos nessa festa", afirmou o promotor de justiça, Jadilson Cirqueira.

Para garantir a integridade de crianças e adolescentes, uma frente de trabalho foi montada para fiscalizar quaisquer tipos de infrações, desde a venda/entrega de bebidas a menores e abusos de qualquer natureza. Para denunciar, basta ligar no número de plantão da Vara da Infância: (99) 98100-4200. A 49ª Expoimp acontecerá de 08 a 16 de julho, no Parque de Exposições Lourenço Vieira da Silva, em Imperatriz. **(Assessoria)**

TJ realizará Balcão de Renegociação

Iniciativa do Tribunal de Justiça do Maranhão acontecerá de 3 a 7 de julho no Shopping Rio Anil

O Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promove, no período de 3 a 7 de julho, no Shopping Rio Anil, mais uma edição do Balcão de Renegociação de Dívidas, em São Luís.

A iniciativa – voltada para os habitantes de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa – visa incentivar o diálogo e oportunizar a celebração de acordos entre clientes em situação de inadimplência e empresas, bancos, instituições de ensino superior e concessionárias de serviços, que disponibilizarão stands para recebimento do público.

O projeto já foi realizado em cinco edições no Maranhão, sendo três em São Luís, uma em Imperatriz e outra em Santa Inês. A ação integra o projeto ‘Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos’, desenvolvido pelo Núcleo de Conciliação do TJMA.

Em reunião promovida no Fórum do Calhau, com empresas parceiras, o coordenador do Núcleo, juiz Alexandre Abreu, ressaltou o alcance social do projeto e alertou as empresas quanto à importância de elas apresentarem, durante o evento, propostas que atendam aos anseios dos cidadãos.

"O Balcão viabiliza, de forma simples e rápida, a resolução de litígios, com a negociação direta entre empresas e consumidores, sendo fundamental a apresentação de boas propostas pelas instituições parceiras", frisou o magistrado.

MAIS

Empresas devem manter contato

As empresas interessadas em participar devem entrar em contato pelo e-mail conciliar@tjma.jus.br ou pelo telefone: (98) 3198.4558 – Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

Empresas

Já confirmaram presença no evento o Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Caema, Cemar, Universidade Ceuma, Faculdade Pitágoras, Lojas Gabryella, Credishop, Spumaflex, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e Secretarias Municipal (Semfaz) e Estadual da Fazenda (Sefaz).

Serviços

Além da renegociação de dívidas, outros serviços serão oferecidos no evento, tais como atendimento de solicitações (alterações cadastrais, ativação de contas), consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas), cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda, recebimento (de IPVA, ICMS, ISS e IPTU), encaminhamento de acordo para homologação judicial, entre outros. ●

ESTADO MAIOR

Voltou I

O prefeito de Lago do Junco, Osmar Fonseca (PT), retornou ao cargo por decisão do desembargador José de Ribamar Castro, do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O petista havia sido afastado na semana passada, liminarmente, por decisão do juiz Marcelo Farias, em ação proposta pelo Ministério Público por sonegação de informações.

Ele alegou em recurso que deixou de responder três ofícios encaminhados pela Promotoria e justificou que a omissão foi culpa do então secretário de Administração, já exonerado.

Voltou II

Ao decidir sobre o caso, o desembargador entendeu que a decisão foi "desproporcional".

Para ele, se continuasse no cargo e decidisse negar informações ao MP, o prefeito estaria na verdade produzindo prova contra si na ação judicial.

- A medida ofende os postulados constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade, vez que se mostrou desproporcional, considerando que inexistente fato concreto promovido pelo agravante que dificulte a instrução processual - despachou o magistrado.



Lançamento do livro:
**“PRATICAGEM,
MEIO AMBIENTE E
SINISTRALIDADE”**

WORKSHOP
PRATICAGEM:
MEIO AMBIENTE E SINISTRALIDADE

Data:
27/Junho
19hrs

Realização:



Abertura: Juíza Maria Francisca
Gualberto de Galiza - TJ/MA
Palestrante: Prof. Doutor em Direito
Ambiental, Matusalém Gonçalves Pimenta

Local: Auditório do FÓRUM do Calhau

Inscrições GRATUITAS em:
www.institutonavigare.com.br

SÃO LUÍS/MA

Quadrilhas

Roubo de cargas desafia a polícia no Maranhão

POLÍCIA 6

Roubo de cargas no estado é um desafio para a polícia

Apesar das constantes ações policiais, quadrilheiros agem com frequência nas rotas da Região Tocantina, Chapadinha, Itapecuru-Mirim, Presidente Dutra e Barra do Corda; 16 bandidos já foram presos este ano

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

A Região Tocantina e as cidades de Chapadinha, Itapecuru-Mirim, Presidente Dutra e Barra do Corda são os principais pontos de ataques utilizados pelos quadrilheiros especializados em roubo de carga no estado, segundo a polícia. As cargas de secos e molhados, combustível, fertilizantes e cigarros são produtos alvo dos assaltantes. Somente este ano, a polícia já prendeu 16 suspeitos de cometerem esse tipo de crime, recuperou 34.762,44 kg de alimentos e ainda apreendeu cinco veículos e 53.206 litros de combustível. A polícia não soube informar o volume de mercadorias roubadas. No ano passado, 14 quadrilheiros foram presos no Maranhão.

Esse tipo de criminalidade é combatido pela Polícia Civil, por meio do Departamento de Combate ao Roubo de Cargas (DCRC), órgão ligado à Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic). O delegado Augusto Barros, chefe do DCRC, declarou que a sua equipe de investigadores desenvolve um trabalho conjunto com os policiais das delegacias regionais no interior, visando ampliar a linha de atuação no estado.

Ainda segundo Barros, esses quadrilheiros costumam agir na Região Tocantina, Chapadinha, Itapecuru-Mirim, Presidente Dutra e Barra do Corda por serem locais de rotas de caminhões de cargas. Geralmente portando armamento de grosso calibre, os bandidos abordam os veículos nas rodovias ou posto de combustível e fogem levando a carga. A vítima é abandonada, na maioria das vezes, amar-

rada em área de matagal, às margens das estradas. “Esses criminosos sabem as rotas dos caminhões de cargas”, declarou o delegado.

Para Augusto Barros, os quadrilheiros não atacam nas regiões onde residem ou têm moradia de familiares. Nos assaltos, contam sempre com o apoio de outros criminosos, conhecidos no mundo do crime como apoiadores. Estes bandidos têm a missão de fornecer informações e conceder apoio logístico aos outros integrantes do bando.

O delegado disse também que a maior parte dos produtos roubados é vendida aos pequenos comercian-

Caminhoneiros são deixados amarrados

tes do interior do estado. “Esses comerciantes compram dos criminosos produtos por um valor abaixo do mercado e revendem em seus estabelecimentos comerciais, obtendo um lucro de até cem por cento”, explicou Barros.

Fora de circulação

Na última segunda-feira, 19, uma equipe da DCRC prendeu Raimundo Ari Alves Pereira, de 50 anos, que, segundo o superintendente da Seic, Thiago Bastos, em companhia de outros criminosos, teria roubado um caminhão de carga de uma empresa de supermercado na BR-135, no trecho da zona industrial de São Luís. O crime ocorreu na primeira semana do mês passado.

Thiago Bardal explicou que a polícia, após tomar conhecimento dessa ação criminosa, iniciou as investigações e conseguiu localizar a re-

ferida carga acondicionada em um depósito alugado por Raimundo Ari Pereira, na Região Metropolitana de São Luís. Em seguida, os policiais solicitaram o mandado de prisão contra ele ao Poder Judiciário, que foi cumprido no dia 19.

O detido foi conduzido primeiramente à sede da Seic, no Bairro de Fátima, onde prestou esclarecimento e, logo depois, levado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, à disposição da Justiça. A polícia continua investigando o caso, visando prender os outros envolvidos nesse roubo.

Operação Colombo

O delegado Thiago Barros informou ainda que a polícia vem monitorando, há mais de seis meses, um grupo de quadrilheiros especializados no furto de combustível no interior. Vários criminosos já foram presos durante a operação Colombo. No dia 1º de junho deste ano, foi a vez de um dos chefes desse bando, Jaivan Martins Durans, o *Jair*, de 39 anos, no bairro do São Bernardo.

No momento da abordagem, Jaivan Martins estava em uma lanchoonete, na companhia da namorada. Ele foi conduzido para a sede da Seic, no Bairro de Fátima, onde prestou esclarecimento. Ainda de acordo com as informações do delegado, esse criminoso havia conseguido fugir da operação Colombo, desenvolvida este ano no interior do estado. Ele ainda che-

Comerciantes compram a carga roubada

gou a trocar tiros com os policiais.

Também nesse dia, policiais mi-

litares prenderam, no povoado Zé Pedro, em Bacabeira, outros suspeitos de furto de combustível e associação criminosa, identificados como Samuel Carvalho Soares, de 24 anos; Alex Souza Borges, de 28 anos; Pedro José Pereira Costa, de 21 anos; Josinaldo dos Santos da Cruz Nunes, de 38 anos; Carlos Augusto Azevedo Correa, de 38 anos, e Luiz Augusto Correa de Andrade, de 22 anos.

O major Zadock Góis Júnior, da Polícia Militar, informou que a polícia recebeu uma denúncia na noite do dia 1º deste mês, de que havia pessoas furtando combustível de um dos vagões de um trem, que estava parado em um trecho da estrada de ferro, em Bacabeira. Os assaltantes, ao observarem a presença dos militares, tentaram fugir, mas acabaram presos e conduzidos para a delegacia da cidade. Os detidos declaram aos militares que pretendiam vender o produto a pescadores da capital.

Esquema criminoso

Thiago Barros informou que a polícia, ainda no ano passado, constatou que existia um intenso comércio ilegal e adulteração de combustível no povoado Colombo, em Itapecuru-Mirim. Durante a investigação, a polícia encontrou pelo menos sete pontos de venda de combustível, a preço abaixo do mercado, mas sem comprovação de origem e acondicionada fora das normas do padrão. A origem do produto seria de furto de trens e de desvios feito por caminhoneiros.

A polícia solicitou ao Poder Judiciário os mandados de prisão e durante a primeira etapa da operação Colombo, que ocorreu na segunda quinzena do mês passado, prendeu Kennedy Araújo Soares, João Batista Silva Santos, Francisco Nem da Silva, Ademilton Borges de Sousa, Ja-

ciel Coelho Mota, Antônio Ramos da Silva, José Aldo Rodrigues Santana, Romário Licar Freire, Hailson Ribeiro de Lemos, Ednaldo de Jesus Mendonça, Gheckson Ferreira dos Santos e Tatiana Lisboa Gama.

Todos foram autuados pelos crimes de furto qualificado, compra, distribuição e venda ilegal de combustível, além de formação de quadrilha. O grupo foi levado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. ●



Arquivo

Números

34.762,44 kg
De alimentos e 53.206 litros de combustível roubados já foram recuperados, além de cinco veículos apreendidos durante as operações realizadas pela Polícia Civil no Interior do estado este ano

16
É o número de pessoas suspeitas de roubo a cargas no estado presas este ano pela polícia; no ano passado foram 14, segundo dados do Departamento de Combate ao Roubo de Carga, da Seic

Saiba mais

Roubo de carga no estado

Rota dos assaltos: Região Tocantina e as cidades de Chapadinha, Itapecuru-Mirim, Presidente Dutra e Barra do Corda

Produtos alvo dos criminosos: cargas de secos e molhados, combustível, fertilizantes e cigarros

99% concluído, mas aquele 1%...

Depois da retirada dos ocupantes e interdição do prédio, moradores do São Francisco esperam por demolição. Pessoas ainda dormem no prédio

LUIS FURTADO

Os moradores da Rua 3, no São Francisco, viveram durante anos a incerteza se uma tragédia aconteceria com a possível queda de um prédio há muito abandonado e que abrigava várias famílias.

Hoje, depois das desocupações e da ordem judicial que determina a demolição do imóvel, com previsão para até três meses, prazo em que o processo de licitação termina, a vizinhança dessa cicatriz histórica no bairro São Francisco espera que essa história finalmente tenha um fim.

O popularmente conhecido “Balança, mas não cai” começou a ser construído no início dos anos 90 pela empresa de SL Construções e Incorporações Ltda, da cidade de Fortaleza, no Ceará. A estrutura de setes andares foi abandonada por volta de 1992, quando a entidade decretou falência. Desde então, foram iniciados os processos judiciais com o objetivo de dar um destino para o prédio.

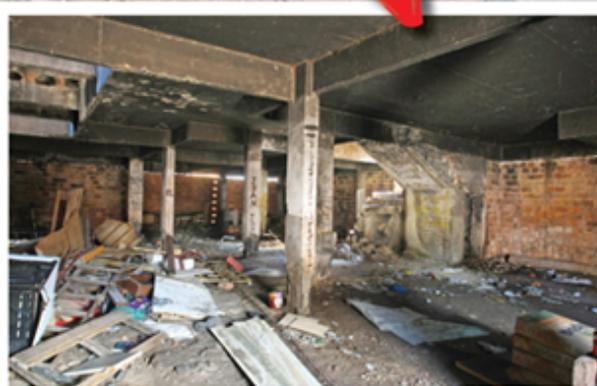
Condenado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Maranhão (Crea), Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Companhia Energética do Maranhão (Cemar), Companhia de Saneamento Ambiental (Caema) e Ministério Público do Maranhão (MP) por causa dos riscos de desabamento, o prédio resistiu as forças da natureza e ação do tempo e abrigava cerca de 40 famílias que viviam irregularmente no local.



**Ano em que o prédio
foi abandonado**



Nova entrada aberta no prédio



Área interna ainda tem sobras da obra de interdição do prédio

Descrença na demolição

A aposentada Ana Maria Paiva é moradora há 40 anos do bairro e descrente sobre qualquer resolução do problema do "Balança, mas não cai", que, segundo ela, parece já fazer parte do bairro. "Eu já vi esse prédio ser desocupado e ocupado várias vezes, agora mesmo já tem gente que tá querendo voltar. O que acontece é que esse prédio já tá aí há tanto tempo que acho que nunca vai ser tirado".

A equipe de **O Imparcial** recebeu a informação de populares que existem pessoas, a maioria os próprios guardadores de carros e pessoas que trabalham naquela região, que estão utilizando o prédio como dormitório. Mesmo com a construção de um muro e a destruição da escada principal de acesso ao prédio, uma entrada ainda permanece aberta no terreno, e, com a ajuda de uma escada de madeira, algumas pessoas têm acesso ao prédio pela parte de trás. Ainda, segundo informações, outras pessoas em situação de rua que não moravam no prédio no período da desocupação estão utilizando o espaço para se abrigarem durante a noite, e se aproveitam da nova passagem aberta para entrar e sair livremente do local.

Quando questionados se ainda estão dormindo no prédio, os guardadores de veículos não quiseram se pronunciar.

Decisão anterior

A ação de desocupação e demolição do prédio acontece já corre há 19 anos. Em 1998, o Ministério Público (MP), por meio da Promotoria de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural, entrou com uma Ação Civil Pública exigindo que a Prefeitura de São Luís demolisse o edifício inacabado. Na época, o titular da promotoria, Luís Fernando Barreto Júnior, atribuiu uma multa diária de R\$ 200 mil, caso o município não cumprisse a decisão. O município recorreu da decisão no Tribunal de Justiça (TJ) e, com base em laudos do Crea, a prefeitura cogitou a incorporação do prédio a sua estrutura administrativa. No entanto, o recurso foi negado no plenário do TJ e a decisão do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública, José Jorge Figueiredo dos Anjos, determinou, em 2008, a demolição do imóvel. Orçada em R\$ 700 mil, a demolição foi considerada inacessível para os cofres públicos municipais na época.



Ano da ação que ordenou demolição do prédio



Espero conseguir arrumar tudinho para ver se vou ter um canto, se me conseguem uma casa nessa Minha Casa, Minha Vida

Clemente Cantanhede,
ex-morador do prédio



Nova moradia

Para quem saiu de lá, resta apenas esperar que um outro lugar possa trazer o que aquele velho prédio não podia. Conforto e segurança. Clemente Cantanhede, 62, é carpinteiro e viveu por mais de 10 anos no "Balança, mas não cai". Ele conta que desde que saiu do prédio está pagando aluguel em uma casa no Bairro de Fátima, enquanto tenta regularizar sua documentação para participar do programa aluguel social, disponibilizado aos moradores que foram retirados.

"Eu não tenho meus documentos, e vivo dos bicos que faço aqui e ali. Estou tentando regularizar tudo para participar desse programa aí. Tem umas pessoas que conheço que estão nessas casas que conseguirão, eu estou pagando aluguel do meu bolso mesmo. Espero conseguir arrumar tudinho para ver se vou ter um canto, se me conseguem uma casa nessa Minha Casa, Minha Vida", aspira Clemente. O carpinteiro diz que também conhece pessoas que ainda pensam em voltar ao local, por estar perto de trabalho, e das vidas que viviam anteriormente, mas, segundo Clemente, essa vontade ele não tem mais. "Eu sei que estávamos aí correndo risco, mas era a necessidade, né. Hoje não vou mais voltar não. Vou esperar para ter um lugar um pouco melhor".

SAIBA MAIS

Conclusão do processo

Em nota, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh) informou que finalizou o isolamento do prédio e que já iniciou o processo licitatório para a demolição do mesmo. A secretaria destacou ainda que todos os mo-

radadores retirados do prédio foram remanejados a instituições acolhedoras, como a Casa da Acolhida Temporária, e incluídas no programa de Aluguel Social, além de terem sido previamente referenciadas pelo Centro de Referência

da Assistência Social (Cras), no São Francisco, e cadastradas no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e no Cadastro Único para inserção nos programas governamentais de transferência de renda e habitação.

Prefeitura realiza Mutirão da Cidadania no Parque Alvorada II

Associação Comercial e Industrial de Imperatriz, 50º Batalhão de Infantaria de Selva, SENAC, Poder Judiciário, Ministério do Trabalho, Receita Federal, Facimp e Fest são os parceiros externos confirmados da Primeira Edição do Programa Imperatriz - a Gente Faz Cidadania, que a Prefeitura de Imperatriz promove neste sábado, 24, na Praça da Voz, do Parque Alvorada II. As atividades vão ser iniciadas às 7h e se estenderão até o final do dia. Esperam-se pelo menos 40 mil atendimentos, dentre serviços de beleza, de saúde, expedição de documentos, treinamentos e até de encaminhamento no mundo dos negócios.

O prefeito Assis Ramos (PMDB) disse que sentiu grande expectativa em meio aos moradores dos geminados Parque Alvorada I e Parque Alvorada II, “e tenho certeza de que pessoas de todos os demais bairros vão comparecer. Vamos estar lá, secretarias municipais e parceiros da cidadania, satisfeitos por estarmos unidos numa gigantesca ação de solidariedade”, disse o prefeito, que passou parte da tarde de quarta-feira, 21, conversando com moradores em torno da Praça da Voz.

O SENAC, que ontem se reuniu com a coordenação do programa, confirmou que, além dos barbeiros e das cabeleireiras, vai levar gastrônomos, que vão ensinar preparar sucos alternativos, de coisas que muitas vezes são descartadas, e pizzas do dia-a-dia, com muita economia e eficiência nutricional. A dire-

tora Marlívia Macatrão e a professora Lavina Amorim estão mobilizando alunos dos seus cursos profissionalizantes e mais professores, para estarem desde cedo na Praça da Voz.

Por volta das 6h, o Parque Alvorada II e adjacências vão ser despertados pela Jardineira Caipira da Fundação Cultural, pela Banda do 50º BIS e pelas bandas municipais. Uma hora depois começam os serviços: o Poder Judiciário vai, por exemplo, orientar pessoas com mais de 12 anos que ainda não foram registradas, para obterem esse documento fundamental à cidadania; Ministério do trabalho vai expedir Carteira Profissional do Trabalho e mediar questões trabalhistas, Associação Comercial e Industrial vai orientar sobre administração de dívidas e ensinar empreendedorismo, e o 50º BIS vai orientar sobre o alistamento militar e dar os caminhos para o ingresso no Exército, na Marinha e na Aeronáutica.

A Receita Federal vai expedir o CPF; a Secretaria da Agricultura leva 11 serviços, dentre os quais castração de cães e gatos, vermifugação de pequenos animais, doação de pintos e kits de ração; a Secretaria da Mulher vai fazer escutas individualizadas sobre situações de violência doméstica e leva ensinamentos práticos sobre a lei Maria da Penha; a Saúde comparece com médicos da mulher e do homem, pediatras, clínicos gerais e enfermeiros; o Trânsito leva ensinamentos de segurança e a Procuradoria Geral do Mu-

nicipio comparece com advogados que vão orientar pessoas com questões ainda sem encaminhamento na Justiça.

A Secretaria do Desenvolvimento Social vai montar uma creche para que as mães tenham onde deixar seus filhos enquanto recebem atendimentos, além de demonstrar todo o rol de serviços que presta aos diversos segmentos, com o idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade. A Secretaria do Meio Ambiente orientará sobre coleta seletiva, plantio e manejo de mudas e corte e poda de árvores.

Para viabilizar toda essa extensa lista de serviços de cidadania, o 50º BIS vai instalar na Praça da Voz um conjunto imenso de tendas e barracas. As igrejas Batista e Assembleia de Deus, localizadas na praça, cederam gentilmente suas instalações, assim como a Escoa Pirangy, conveniada com o município, que será uma espécie de Centro de Saúde Cidadã.

O prefeito Assis Ramos disse que vai amanhecer na comunidade, “eu e os nossos secretários queremos acompanhar os serviços do início ao fim. É nosso objetivo demonstrar ao povo, das comunidades geograficamente mais afastadas, que o benefício existe e está ao alcance de todos. Os nossos parceiros externos são de uma importância muito grande e revelam o espírito solidário dos seus líderes quando se juntam a nós para uma ação dessa magnitude”, disse. (ASCOM/PMI)

Fotos: Mariana Campos



Em reunião com todos os secretários, o prefeito Assis Ramos disse que irá participar do evento do início ao fim. “Nosso objetivo é demonstrar ao povo, das comunidades mais afastadas, que o benefício existe e está ao alcance de todos”



Marlivia Macatrão e professora Lavina Amorim ultimando com o assessor-chefe de Comunicação, Sérgio Macedo, os preparativos da participação do SENAC

Simpósio discutirá Meios Extrajudiciais de Soluções de Conflito na UFMA Imperatriz na próxima terça

Será realizado no auditório da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Centro de Imperatriz, na próxima terça-feira (27), o I Simpósio sobre Meios Extrajudiciais de Soluções de Conflitos (SMESC). O evento é organizado pelo curso de Direito e pretende mostrar que existem diversas formas de solucionar conflitos antes de litigar. Durante a programação também serão realizadas algumas palestras e minicursos para acadêmicos e profissionais da área.

O simpósio contará com a presença de três palestrantes, as advogadas Mirella Alves de Sousa e Milena de Bonis Faria, e também com a juíza de Direito Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia, que vão abordar algumas informações sobre o tema do evento. Além disso, durante a programação será realizado um minicurso sobre Mediação e Conciliação com a professora Dinalva Maria Alencar Feitosa, também no auditório do Campus Centro, às 17h.

De acordo com o estudan-

te do 4º período de Direito e um dos organizadores, Enio Barbalho, o evento surgiu a partir de uma ideia da professora Sarah Lamack e organizada pelos estudantes do 4º período do curso de Direito. "O foco são principalmente os acadêmicos, no entanto qualquer pessoa que queira participar pode adquirir o ingresso com a comissão organizadora", ressalta o acadêmico.

Já o estudante e também componente da organização explicou que o evento pretende trazer alguns levantamentos sobre o novo Código de Processo Civil (CPC). "O nosso objetivo é mostrar que as soluções de conflitos são algo positivo que veio para desafogar o poder judiciário", explica.

As inscrições podem ser feitas todos os dias até o dia do evento na frente da cantina da UFMA Centro com a equipe organizadora do evento a partir das 19h. Já a programação começa a partir das 17h com o minicurso e as palestras iniciam às 19h, no auditório da UFMA Centro.

Acusado de mandar matar ex-namorada é pronunciado a júri popular

Arquivo/O PROGRESSO



Jadeon Jeová foi pronunciado a júri popular

A justiça, por meio da juíza Ana Lucrecia Sodré Reis, titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, pronunciou a júri popular Jadeon Jeová Cabral Abreu, acusado de ser o mandante do assassinato da ex-namorada, Nayara Reis Paixão.

Nayara Reis foi assassinada com um tiro no rosto quando trafegava em uma motocicleta pela Avenida Frei Manoel Procópio, no Centro, no dia 7 de outubro de 2016.

Segundo o que foi apurado pela polícia judiciária, Jadeon Jeová era quem pilotava a motocicleta usada para seguir Nayara. Ele carregava o menor que efetuou o disparo fatal.

Duas audiências de instrução desse caso já foram realizadas, sendo que a primeira aconteceu em maio, quando Jadeon e testemunhas foram ouvidos pela juíza e o representante do Ministério Público. Na segunda fase do processo, foi ouvido o adolescente que efetuou o disparo contra a jovem.

Vale ressaltar, entretanto, que a decisão proferida pela juíza Ana Lucrecia cabe recurso da defesa, que pode recorrer ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Jadeon Jeová, após o crime, fugiu da cidade, mas foi descoberto em Araçatuba, interior de São Paulo, onde foi preso por policiais do Grupamento de Operações Especiais (GOE) daquela cidade, em cumprimento a um mandado de prisão. Policiais civis de Imperatriz foram até Araçatuba e trouxeram Jadeon Jeová para que ele pague pelo crime que cometeu. A data que Jadeon Jeová será submetido ao Tribunal do Júri ainda será definida, mas deverá acontecer ainda este ano.

Polícia Civil cumpre mandados de prisão em Caxias e São Luís

Fotos: Divulgação/SSP



Felipe Sousa Chaves e Jhon Elthon Félix Viana são acusados de crimes em Brasília

Um trabalho desenvolvido pela Polícia Civil do Maranhão, por intermédio da 17ª Delegacia Regional de Caxias, conseguiu executar a prisão de Felipe Souza Chaves, de 27 anos, suspeito de cometer crimes de latrocínio e corrupção de menores, em Brasília.

A prisão foi em cumprimento a um mandado de prisão expedido pela Vara Criminal e Tribunal do Júri de Recanto das Emas. Segundo o delegado Jair Paiva, após cometer os crimes, Felipe se mudou para Caxias para morar com sua família, ele responde por crimes que foram cometidos em 2009 na capital federal.

Já em São Luís, uma equipe da Polícia Civil lotada na Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV) deu cumprimento ao mandado de prisão preventiva em desfavor de Jhon Elthon Félix Viana, vulgo “Jhon Diabolo”, pelo crime patrimonial de roubo majorado pelo emprego de arma e concurso de pessoas.

A prisão foi coordenada pelo delegado Fernando Guedes, informado que várias vítimas reconheceram que “Jhon Diabolo” é o autor de roubos, sempre com requintes de violência. O suspeito deve responder pelos crimes de roubo, receptação e porte ilegal de arma de fogo.

Sinrural e órgãos fiscalizadores definem novas regras para a Cavalgada

Neste ano não serão permitidas barracas e tendas durante parte do trajeto na Avenida Getúlio Vargas



Durante as últimas semanas várias reuniões foram realizadas no Sindicato Rural de Imperatriz para desenhar o formato da cavalgada, evento que abre a 49ª Exposição Agropecuária de Imperatriz, que acontecerá no dia 08 de julho.

Levando em consideração as proporções do evento, uma força tarefa - envolvendo diversos órgãos e instituições - foi formada para definir estratégias que possam melhorar a dinâmica do evento. Participaram das reuniões a Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, Polícia Rodoviária Federal, Vara da Infância, Conselho Tutelar, Exército, Secretaria de Trânsito, Secretaria de Planejamento Urbano, Sindicato Rural, Corpo de Bombeiros e a Polícia Montada.

Para Renato Pereira, presidente do Sinrural, ainda existem pontos a melhorar na cavalgada, mas que já houve uma grande evolução. “O intuito sempre é fazer uma cavalgada mais segura, que tenha um trânsito mais fluido, sem interditar as vias da cidade e da BR por muito tempo. Nós não medimos esforços para, junto a todos esses ór-

gãos aqui reunidos, fazermos com que, a cada ano, a cavalgada evolua e tenha mais segurança e fluidez”.

Os pontos debatidos giram em torno de agilizar a passagem da cavalgada pela BR-010, diminuir as aglomerações e paradas no trecho final da Getúlio Vargas, combater a ingestão de bebidas alcoólicas por menores e os maus tratos aos animais.

Uma das principais mudanças propostas para este ano é a proibição de tendas e barracas no trecho da Avenida Getúlio Vargas, a partir da Praça Brasil. Naquele ponto do trajeto, comitivas, com diversas carroças, costumam parar em frente a essas estruturas, onde há comercialização/distribuição de alimentos e bebidas, bloqueando a passagem do restante dos participantes e atrasando a chegada até o parque de exposições.

Trajetos - Seguindo o modelo do ano anterior, os cavaleiros e amazonas devem se concentrar na Praça da Cultura, e de lá seguirem o trajeto passando pela rua Coronel Manoel Bandeira, Luís Domingues, Amazonas, Avenida Getúlio Vargas e BR-010. No trecho próximo à marginal do

DNER, serão colocados disciplinadores, passando sobre a ponte do Cacau, e indo até o início do trevo, totalizando 800m de barreira física. As carroças não poderão seguir a partir dessa rota e deverão fazer o retorno na altura da rotatória do aeroporto.

Histórico da cavalgada - Ao longo dos anos diversas mudanças foram propostas para garantir um evento mais seguro e ágil: limite de pessoas por carroças, proibição de veículos, as garrafas de vidro foram substituídas por latas ou vasilhames plásticos, e foram proibidos sons mecânicos nas carroças, para reduzir a poluição sonora e assegurar a integridade física dos animais.

Para garantir que todas as ações dos órgãos envolvidos na cavalgada estejam de acordo com a lei e não desrespeitem os direitos coletivos e individuais, representantes do Ministério Público participaram de todos os encontros. “Aqui estabelecemos padrões de trabalho, rotinas, expedientes, para evitar crimes, danos às pessoas, ao patrimônio e também dos animais, além das crianças e dos adolescentes envolvidos nessa festa”, afirmou o promotor de justiça, Jadilson Cirqueira.

Para garantir a integridade de crianças e adolescentes, uma frente de trabalho foi montada para fiscalizar quaisquer tipos de infrações, desde a venda/entrega de bebidas a menores e abusos de qualquer natureza. Para denunciar, basta ligar no número de plantão da Vara da Infância: (99) 98100-4200. A 49ª Expoimp acontecerá de 08 a 16 de julho, no Parque de Exposições Lourenço Vieira da Silva, em Imperatriz. (*Assessoria de Imprensa*)

TJMA promove mais uma edição do Balcão de Renegociação de Dívidas

O Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promove, no período de 3 a 7 de julho, no Shopping Rio Anil, mais uma edição do Balcão de Renegociação de Dívidas, em São Luís. A iniciativa – voltada para os habitantes de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa – visa incentivar o diálogo e oportunizar a celebração de acordos entre clientes em situação de inadimplência e empresas, bancos, instituições de ensino superior e concessionárias de serviços, que disponibilizarão stands para recebimento do

público. O projeto já foi realizado em cinco edições no Maranhão, sendo três em São Luís, uma em Imperatriz e outra em Santa Inês. A ação integra o projeto ‘Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos’, desenvolvido pelo Núcleo de Conciliação do TJMA. Em reunião promovida no Fórum do Calhau, com empresas parceiras, o coordenador do Núcleo, juiz Alexandre Abreu, ressaltou o alcance social do projeto e alertou as empresas quanto à importância de elas apresentarem, durante o evento, propostas que atendam aos anseios

dos cidadãos. “O Balcão viabiliza, de forma simples e rápida, a resolução de litígios, com a negociação direta entre empresas e consumidores, sendo fundamental a apresentação de boas propostas pelas instituições parceiras”, frisou o magistrado.

EMPRESAS

Já confirmaram presença no evento o Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Caema, Cemar, Universidade Ceuma, Faculdade Pitágoras, Lojas Gabryella, Credishop, Spumaflex, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e Secretarias Municipal (Semfaz) e Estadual da Fazenda (Sefaz).

INSCRIÇÕES

As empresas interessadas em participar devem entrar em contato pelo e-mail conciliar@

tjma.jus.br ou pelo telefone: (98) 3198.4558 – Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

SERVIÇOS

Além da renegociação de dívidas, outros serviços serão oferecidos no evento, tais como atendimento de solicitações (alterações cadastrais, ativação de contas), consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas), cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda, recebimento (de IPVA, ICMS, ISS e IPTU), encaminhamento de acordo para homologação judicial, entre outros. Também haverá orientação e conscientização de direitos, distribuição de cartilhas, tabelas de controle financeiro e panfletos que orientem o consumidor.

Tribunal de Justiça do Maranhão divulga escala de plantão do 2º Grau

O desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, decano do TJMA, é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual de ontem (23) até domingo (25), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação

de prisão provisória, entre outros. O servidor plantonista é João Paulo Teixeira Souza, e a oficial de Justiça Kleiciane Costa Cutrim, cujo telefone celular disponibilizado é o (98) 98815-8344.

No período de 26 de junho a 2 de julho – de 18h às 8h do dia seguinte – o desembargador José Luiz Almeida responderá pelo plantão judicial de 2ª Instância.

Olinda Nova do Maranhão

Réu é condenado a 18 anos e nove meses de reclusão por homicídio qualificado

Em sessão do Tribunal de Júri da Comarca de Olinda Nova do Maranhão, realizada em 20 de junho, o réu Clenilson Costa Alves (conhecido como “Shucata”) foi condenado a 18 anos e nove meses de reclusão devido ao homicídio qualificado pelo emprego de recurso que impossibilitou a defesa de Hilton Jhon Silva (conhecido como “Jhon Jhon”).

Ocorrido em 20 de abril de 2016, o crime foi cometido na residência de Jhon Jhon, no

Bairro Novo, no município. Segundo os autos, Clenilson saiu de casa em horário diferente do que usual, entrou na casa, fez um disparo de arma de fogo no tórax, ocasionando a morte da vítima.

A sentença, proferida pelo juiz Luiz Emílio Bittencourt Júnior, acolheu integralmente a tese do Ministério Público do Maranhão (MPMA), defendida pelo promotor de justiça Lindomar Luiz Della Libera. A pena deve ser cumprida em regime fechado.

Judiciário e PGE adotarão medidas para reduzir demanda judicial de execução fiscal de pequeno valor

A partir de agora, o Estado do Maranhão não mais ajuizará ação judicial para cobrança de débitos tributários considerados de pequeno valor, passando essas dívidas a serem cobradas na esfera administrativa, com inscrição do devedor nos cadastros de proteção ao crédito. A determinação consta em lei publicada pelo governo estadual, em março deste ano. Para estabelecer os critérios de efetividade do cumprimento da medida, membros da Procuradoria Geral do Estado (PGE) reuniram-se, no início da semana, com os magistrados das varas de Execução Fiscal de São Luís, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau).

Para o juiz titular da 9ª Vara da Fazenda Pública (Execução Fiscal), Raimundo Nonato Neris Ferreira, o não ajuizamento dessas ações acarretará uma redução das demandas judiciais nas três unidades de execução fiscal. “Não reduzirá significativamente o atual acervo de processos, uma vez que nem todos se enquadram nos critérios estabelecidos pela lei, mas evitará o ajuizamento de novas ações com essas características”, explicou o magistrado. Atualmente, as ações de cobrança de dívida ativa considerada de pequeno valor representam a metade dos processos em tramitação nas varas.

O procurador da PGE, Bruno Tomé Fonseca, disse que a medida é importante para reduzir a demanda de processos no Judiciário e para dar maior agilidade na cobrança do crédito fiscal mais relevante.

A Lei 10.574/2017, que dispõe sobre o não ajuizamento e a desistência da cobrança judicial da dívida ativa considerada de pequeno valor, autoriza o Estado do Maranhão a não promover a cobrança judicial de débitos de valores que não sejam superiores a R\$ 10 mil, na hipótese de créditos referentes a ICMS; a R\$ 5 mil (IPVA); e a R\$ 4 mil (demais créditos). A medida não se aplica a débitos decorrentes de aplicação de multa criminal.

Ainda conforme a lei, os procuradores do estado ficam autorizados a desistir de execução fiscal das ações já em andamento, referentes a valores que não sejam equivalentes ou inferiores aos limites estabelecidos nessa legislação. A desistência não se aplica se o executado já tiver sido citado, se a execução fiscal estiver embargada ou garantida por qualquer meio ou se o crédito estiver sujeito a parcelamento ou com exigibilidade suspensa. Também não se aplica aos casos em que o executado tiver ajuizado ação para desconstituir a dívida ou apresentado exceção de pré-executividade.

Prefeitura entrega à Justiça cronograma de reforma dos mercados de São Luís

A Prefeitura de São Luís apresentou à 1ª Vara da Fazenda Pública relatório sobre a situação das feiras e mercados que deverão ser reformados por determinação da juíza Luzia Madeiro Neponucena, na ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual. Consta no documento também o cronograma de reforma, ampliação e adequação, com obras previstas para serem realizadas deste ano até 2028. A magistrada encaminhou os autos à promotora de justiça Márcia Lima Buhatem, autora da ação. A determinação para reforma, ampliação e adequação das feiras e mercados de responsabilidade do Executivo Municipal, ocorreu em sentença de maio de 2012, mas o Município de São Luís recorreu da decisão que foi mantida por unanimidade pela Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, com baixa dos autos ao juízo da 1ª Vara da Fazenda no final de maio de 2015. Somente em maio de 2017, após várias determinações da magistrada para a Prefeitura cumprir a decisão, a gestão municipal apresentou o relatório situacional das feiras e o cronograma de reforma. A juíza Luzia Madeiro Neponucena disse que somente após o parecer da promotora de Justiça decidirá sobre que providências serão tomadas no processo.

De acordo com a decisão judicial, a Prefeitura deverá reformar 27 feiras e mercados de responsabilidade do município. Consta na ação civil pública que foram firmados Termos de Comparecimento e Compromisso para saneamento das irregularidades, mas todos foram descumpridos pela gestão municipal. No relatório apresentado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Semapa), a Prefeitura informa que já foram reformados os mercados do Cruzeiro do Anil, Liberdade, Anil, Vila Palmeira e concluída a primeira fase das obras na feira da Cohab.

De acordo com o cronograma entregue à 1ª Vara da Fazenda, os serviços de reforma, ampliação e adequação das feiras do Anjo da Guarda, João Paulo, Vicente Fialho, Coroado, Bairro de Fátima, São Francisco e Cohab (2ª fase) estão programados para ocorrer do ano de 2017 até 2020. Já os mercados da Vila Bacanga, Cohatrac, Vila Isabel, Macaúba, Tirirical, Ipem/ São Cristóvão, Olho d'Água e Angelim estão com obras previstas para o período de 2021 a 2024; e os mercados do Anjo da Guarda, Vila Embratel, Santa Cruz, Santo Antônio, Monte Castelo, Forquilha, Bom Jesus e Feira da Praia Grande, de 2025 a 2028.

Mercado Central

O melhoramento das condições do mercado, segundo o município, está previsto no PAC Cidade Históricas e o processo licitatório para as obras deve ocorrer no segundo semestre deste ano. Como a Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é a responsável pelo PAC também ficará com a reforma do mercado, cabendo à Prefeitura de São Luís, por meio da Semapa, a remoção e relocação dos feirantes para que sejam realizadas as obras. Situação das feiras – Consta no relatório fotos e dados sobre a situação de cada mercado e feira, de forma individualizada. Foram indicados problemas nas instalações elétricas e hidráulicas, abastecimento de água e sistema de esgoto precários, paredes com rachaduras, problemas no telhado e no piso, bancas e boxes sem padronização e colocados de forma desordenada, bancas ocupando calçadas e até ruas, banheiros inadequados e sem acesso para portadores de deficiência, alimentos perecíveis como carnes sendo comercializados sem as mínimas condições de higiene, entre outras situações. No documento, a Semapa informa quais as obras e serviços a serem realizados nesses locais.